

Estado Moderno e a Moralidade Social Maquiaveliana¹ de *O Príncipe*

Deocleciano Batista*

Introdução

O Estado serve como pano de fundo para a ambientação da moralidade social que Maquiavel propugnou *all'occasione delle stesura di "Il Principe"*.

Esse recurso parece suprir a preocupação, hoje generalizada, de uma leitura minimamente sintonizada com os conturbados tempos vividos pelo autor, sua *Firenze* e toda a península itálica. Isto porque a transição do Estado Medieval para o Moderno, com as contribuições peculiares dos Estados Regionais do Alto Renascimento, permite apreender melhor a obsessão do secretário pelo paganismo estatal.

O primeiro dos dois capítulos deste texto começa com a abordagem de pontos-chave da ideologia do florentino. São eles: a explicação quase contratualista da origem da sociedade; o ceticismo quanto à natureza humana; e o acriticismo para com as coisas romanas. E continua com um apanhado sobre o surgimento do Estado Moderno. A ênfase maior é dada à gênese italiana dos 'Estados Regionais' e do detentor do poder político como 'Príncipe'.

O segundo capítulo adentra ainda mais o cerne da moralidade de raízes greco-romanas. A dubiedade de uma vida privada cristã e do paganismo em coisa públicas é aqui interpretada como a preterição da fé da teologia cristã pela razão da filosofia clássica.

Por outras palavras, que a política é um terreno propício a César e não ao reino de Deus. O detentor do poder político, seja ele chefe de república ou príncipe, é responsável pela vida dos governados e nem sempre pode ou tem prerrogativa de agir com escrúpulo. Dito de outra forma:

Il bene supremo è solo quello che garantisce il benessere dello Stato e solo in base a questo bisogna agire. È questo il credo di Machiavelli: solo in base al principio di utilità si può giudicare l'azione di un capo de Stato (Machiavelli, 2001a: Internet).

E o fecho desta abordagem é no sentido de que Maquiavel tinha a religião como algo indispensável ao Estado. Qualquer uma. Menos a do tipo professado pelo Vaticano. Para ele, a religião ideal deveria necessariamente cultivar os interesses e valores da pátria. O que não aconteceria com a religião dos cristãos, de

*Advogado, mestrando em Direito Público pela UFPe, professor de Direito Constitucional do UniCeub.

natureza contemplativa e de sentido sobrenatural. O cristianismo, a seu ver, havia *disarmato il cielo e effeminato il mondo* e agasalharia em seu seio fatores de decadência como conformismo, fraqueza e inação.

A tentativa de apreender aqui *lo específico clima storico e culturale nel quale maturò la sfera morale di Machiavelli* teve sempre em vista as realidades distintas da ética e da política. Ambas, não raro, vêem-se separadas por fendas abissais, originadas pela diferença histórica entre a nossa moralidade cristã e a construção helenística do Estado Contemporâneo.

Os gregos e romanos da Antigüidade não experimentaram essa perplexidade. Naquela época, as moralidades particular e pública eram complementares, harmônicas, unas. O descompasso surgiu quando do aparecimento do cristianismo.

E talvez resida precisamente aí a explicação para tamanha controvérsia em torno de tudo que diga respeito ao núcleo da obra de Niccolò. Polêmica que está longe de cessar e que admite um sem número de apreensões igualmente inteligentes. Como essa de um dos mais renomados maquiavelistas:

Ao meu ver, a grande originalidade e as trágicas implicações das teses de Maquiavel provêm de sua relação com a civilização cristã. Não era nenhum problema viver à luz de ideais pagãos em tempos pagãos. Contudo, pregar o paganismo mais de mil anos após o triunfo do cristianismo era agir após a perda da inocência e obrigar os homens a fazerem uma escolha consciente. É uma escolha dolorosa, pois é uma escolha entre dois mundos. Homens viveram em ambos estes mundos, lutando e morrendo para preservá-los um contra o outro. Maquiavel optou por um deles e estava disposto a cometer crimes em seu interesse (Berlin, 1978: 57).

Capítulo I – A adesão incondicional de Maquiavel ao Estado de raízes grego-romanas

1.1 Sua concepção do surgimento da sociedade, a descrença no homem e o fascínio pela Roma Antiga.

1.1.1 O pensamento político condicionado pelo modo como via a origem da sociedade.

Também à época de Maquiavel prevalecia a percepção aristotélica (384-322 a.C.) da sociedade natural.² Para o estagirita, “o homem é naturalmente um animal político” (Aristóteles, 2001: I, 9).

Só os seres vis ou de natureza superior à humana, dizia o filósofo macedônio, desejariam ou poderiam viver isolados. O homem, diferentemente dos irracionais que se agrupam pelo instinto, procura viver junto aos seus semelhantes porque é o único dotado de razão.

A mesma compreensão tem sido reafirmada desde aquele século IV a.C. por um sem número de pensadores. Cícero (106-43 a.C.), diferenciando um pouco a fundamentação, foi um deles. “A primeira causa da agregação de uns homens a outros”, escreveu ele, “é menos a sua debilidade do que um certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu para o isolamento e para a vida errante, mas com uma disposição que mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o bem comum” (Cícero, 2001: I, 15).

Já na Baixa Idade Média, Tomás de Aquino (1225-1274) procurou caracterizar a excepcionalidade da vida solitária como *excellentiae naturae*, *corruptio naturae* e *mala fortuna*. O discípulo assumidíssimo do mestre peripatético era de opinião que “o homem é, por natureza, animal social e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que se evidencia pela natural necessidade” (Tomás de Aquino, 2001: I, XCVI, 4).

Sem cair no idealismo da república platônica, Maquiavel contrapôs-se firmemente a essas idéias. Para ele, nos primórdios, o homem vivia em estado de natureza, equiparado aos animais irracionais e sem qualquer noção de justiça ou moral. Eis como o florentino imaginou a origem da sociedade:

(...) nel principio del mondo, sendo gli abitatori radi, vissono un tempo dispersi a similitudine delle bestie; dipoi, multiplicando la generazione, si ragunarono insieme, e, per potersi meglio difendere, cominciarono a riguardare infra loro quello che fusse più robusto e di maggiore cuore, e fecionlo come capo, e lo ubedivano. Da questo nacque la cognizione delle cose oneste e buone, differenti dalle perniziose e ree: perché, veggendo che se uno noceva al suo beneficatore, ne veniva odio e compassione intra gli uomini, biasimando gl' ingrati ed onorando quelli che fussero grati, e pensando ancora che quelle medesime ingiurie potevano essere fatte a loro; per fuggire simile male, si riducevano a fare leggi, ordinare punizioni a chi contrafacessi: donde venne la cognizione della giustizia (Machiavelli, 2001c: L. I, Cap. II).

Maquiavel negava, portanto, a existência do ‘animal social’. A seu ver, a causa da origem e preservação da sociedade organizada estaria no instinto que força o homem a trocar a competição violenta pela cooperação pacífica. E a *virtù* variável encontrada em componentes da coletividade é que geraria os diferentes estágios de desenvolvimento material e imaterial.

Esse seu raciocínio foi retomado mais tarde por Thomas Hobbes (1588-1679). O ‘estado de natureza’ *hobbesiano* reporta-se aos tempos mais primitivos da história do homem e ao caos que se instala quando as ações humanas deixam de ser reprimidas por organizações políticas ou mesmo pela razão.

O filósofo inglês fez coro com Maquiavel ao taxar o homem de agressivo, ambicioso, egoísta, luxurioso, vil, o que deveria levá-lo a uma vida curta, pobre, repulsiva, solitária. Pondera, porém, que o temor mútuo de serem agredidos antes

de agredirem (‘guerra de todos contra todos’) faz com que os homens curvem-se à razão e celebrem o ‘contrato social’.⁴

O ‘contrato’ juntamente com o ‘poder’ assegurador da vida em sociedade seriam as peças-chave da doutrina contratualista elaborada por Hobbes. E esse ‘poder’ é o exercido pelo Estado, ente abstrato que o homem criou à sua semelhança com força e porte suficientes para lhe proporcionar segurança.⁵

1.1.2 A realidade da índole humana que só poderia ser redimida pela cidadania e espírito público.

Maquiavel era amargo, crítico e desconfiado quando abordava a natureza humana. Algumas de suas observações ao detentor do poder sobre se “*è meglio esser amato che temuto*” dizem tudo:

(...) delli uomini si può dire (...) che sieno ingrati, volubili, simulatori e dissimulanti, fuggitori de' pericoli, cupidi di guadagno; e mentre fai loro bene, sono tutti tua, offerenti el sangue, la roba, la vita e' figliuoli, come di sopra dissi, quando il bisogno è discosto; ma, quando ti si appressa, e' si rivoltano. E quel principe che si è tutto fondato in sulle parole loro, trovandosi nudo di altre preparazioni, rovina; perché le amicizie che si acquistano col prezzo, e non con grandezza e nobiltà di animo, si meritano, ma elle non si hanno, et a' tempi non si possano spendere. E li uomini hanno meno rispetto a offendere uno che si facci amare, che uno che si facci temere; perché l'amore è tenuto da uno vinculo di obbligo, il quale, per essere li uomini tristi, da ogni occasione di propria utilità è rotto; ma il timore è tenuto da una paura di pena che non abbandona mai (Machiavelli, 2001a: XXI).

Crença essa externada em toda a sua obra. Em vários de seus escritos são encontradas, à exaustão, assertivas como as de que “os homens só fazem o bem quando é necessário” e que eles “se atormentam mesmo quando são felizes, e se queixam também na adversidade” (Machiavelli, 2001c: L. I, II; e L. II, XXI).

Outro aspecto negativo da natureza humana seria o desinteresse da maioria por aquilo que os alemães denominaram ‘direitos fundamentais’ e os franceses ‘liberdades públicas’. Os homens sequer se interessariam pela gestão direta dos negócios públicos. Apenas um reduzido número deles participa da coisa pública, da política. Os demais parecem contentar-se com a garantia dos direitos pessoais, tais como a defesa da honra, preservação da propriedade e proteção da vida.⁶

Por paradoxal que pareça, no entanto, a pessoa do autor talvez seja a prova definitiva de quão falsa seria aquela sua descrição desprezível do ser humano. Rosemary O'Day, Doutora em História, objeta que ele “era dotado de uma moralidade profundamente enraizada e costumava com frequência censurar os companheiros pelos seus pecados insensatos e venais” (Maquiavel, 1979: 26). Em igual linha, um dos maiores conhecedores de seu legado abusa de lítotes para ir mais

longe:

Niccolò não apenas era baldo das virtudes que elogiava, senão que possuía outras ainda mais incompatíveis com nosso quadro de um demônio. Ele era tão anticlerical quanto a maioria dos adultos letrados da Itália nos últimos seis séculos sempre foi e, a despeito dos pios ensinamentos de sua mãe, não era um católico praticante mais zeloso do que seria de esperar. Mas como ele havia sido batizado, crismado e casado, morreu nos braços da Igreja, tendo providenciado que seus filhos seguissem a mesma linha convencional. Tão pouco – e isto está longe do quadro popular de sua época – existe nenhuma evidência de que ele incorria em quaisquer crimes ou vícios escabrosos. Ele era provavelmente não mais fiel à sua esposa do que a maioria dos maridos de classe média em qualquer época ou latitude, mas ele parece ter sido marido e pai bondoso, afetivo e atencioso, como também um amigo verdadeiro e dedicado, um homem de palavra em assuntos de dinheiro, e um cidadão admirado e respeitado (Mattingly, 1980: 18).

Em seguida, deixa de lado o recurso a figuras de linguagem para aclarar que Maquiavel:

(...) viveu numa época em que o uso de cargos públicos para tirar vantagens pessoais era perfeitamente costumeiro. Ele teve, durante a maior parte dos seus catorze anos como funcionário da República Florentina, oportunidades sem igual para enriquecer-se às expensas dos *condottieri* e outros empreiteiros com os quais, secretário dos ‘Dez da Guerra’, tinha de lidar. Contudo, ele retirou-se do serviço florentino tão pobre como no dia em que entrou para o mesmo. Toda sua carreira pública foi um testemunho da inexatidão de suas próprias máximas cínicas (*id.*, *ibid.*).

Mas o *quondam* secretário, sem abandonar o pessimismo quanto à condição humana, acreditava que o homem poderia redimir-se por meio de uma maior entrega à causa pública. Sacrifícios de ordem moral e social (como lutar pelo bem comum e até morrer no atendimento de finalidades públicas) seriam para ele simples meios destinados à consecução de fins que acabariam revertendo em proveito do próprio indivíduo.

A ‘vileza dos homens’ poderia, assim, ser remediada. E a fórmula para tanto estaria na exaltação e defesa da pátria. O que seria possível de ser alcançado com ações públicas positivas e respeito às instituições e leis, de modo a refrear as paixões mesquinhas e preservar os interesses e valores da sociedade.

1.1.3 O deslumbramento acrítico para com a República romana

Maquiavel, embalado pelas predileções renascentistas, nutriu por toda a vida uma genuína admiração pela Roma Antiga.⁷ Tudo que dizia respeito àqueles tempos áureos lhe agradava. Em especial, o amor à pátria dos cidadãos, o civismo-educativo da religião, a excelência bélica da organização militar, a sabedoria no

trato dos povos conquistados e a *virtù* dos fundadores e governantes.⁸

A propósito, essa idealização saudosista o fazia dar asas à imaginação. Afinal, com antepassados que reuniram tal conjunto de valores, seria perfeitamente possível aos italianos do seu tempo recuperar as antigas glórias por meio da centralização e unificação políticas que levassem ao tão sonhado Estado Nacional.

A *virtù* do fundador, aliás, explicaria o sucesso alcançado pelos romanos.⁹ Rômulo, que para Maquiavel esteve imbuído do *bene comune* mesmo quando matou o irmão, não só tinha *la virtù ordinatrice del fondatore* como soube interpretar as aspirações e o que seria melhor para o seu povo.

Seus atos, portanto, não são passíveis de censura. Os meios por ele adotados teriam sido amplamente justificados pelos fins ou resultados obtidos. Isto porque:

Nelle azioni di tutti li uomini, e massime de' principi, dove non è iudizio da reclamare, si guarda al fine. Facci dunque uno principe di vincere e mantenere lo stato: e' mezzi saranno sempre iudicati onorevoli, e da ciascuno laudati; perché el vulgo ne va preso con quello che pare e con lo evento della cosa; e nel mondo non è se non vulgo; e li pochi ci hanno luogo quando li assai hanno dove appoggiarsi. Alcuno principe de' presenti tempi, quale non è bene nominare, non predica mai altro che pace e fede, e dell'una e dell'altra è inimicissimo; e l'una e l'altra, quando e' l'avessi osservata, li avrebbe più volte tolto o la reputazione o lo stato (Machiavelli, 2001a: XVIII);

Né mai uno ingegno savio riprenderà alcuno di alcuna azione straordinaria, che, per ordinare un regno o costituire una repubblica, usasse. Conviene bene, che, accusandolo il fatto, lo effetto lo scusi; e quando sia buono, come quello di Romolo, sempre lo scuserà (Machiavelli, 2001c: LI, IX).

Há, aí, pelo menos, três dos aspectos mais recorrentes na 'filosofia maquiavelista'. O de que os modos sempre estarão ou poderão ser justificados por resultados positivos. O da inquietante idéia herdada da Grécia Antiga de que a natureza impõe o domínio do mais forte. E, por fim, o que interessa aqui ressaltar: o aspecto de seu acriticismo diante das lendas ou versões controversas em torno das glórias romanas.

Esse *gap* de senso crítico é uma dos calcanhares de Aquiles de Maquiavel. De perturbadora freqüência, não só em relação às lendas bíblicas e romanas, mas também quanto a fatos e personagens de seu tempo. 'Dogmatismo pontual' esse que, decididamente, não se encaixa com o seu prolapado empirismo-realista.

1.2 As inventivas italianas do 'Príncipe' e dos 'Estados Regionais' do Alto Renascimento.

1.2.1 A gestação das figuras do Príncipe e do Principado na Baixa Idade Média.

O Principado surgiu na península itálica no final do século XIV. Os tempos precedentes haviam assistido a burguesia urbana ser forçada a abrir mão do controle completo das instituições comunais¹⁰ em favor de “meros líderes de partidos, a quem os membros de suas facções confiavam poderes ditatoriais a fim de salvar a própria pele” (Chabod, 1979: 95).

Esses ‘senhores’, até então, eram tidos como protetores da burguesia. Esta se via apossada por uma série de ameaças, como o assédio das classes inferiores, guerras internas e a violência contra a vida e o patrimônio.¹¹ E recorria constantemente a homens fortes o bastante para assegurar os seus interesses na comuna.¹²

Estimulados a tomar parte na vida pública, eles rapidamente assumiram o papel típico de governantes. Admitiam pessoas de outras localidades em funções municipais, alteravam o sistema de tributos, conciliavam facções rivais, repatriavam exilados e assim por diante. A burguesia, assustada, tentou ainda retomar as rédeas da situação. Mas já era tarde. Nem mesmo as seguidas mediações de autoridades eclesiásticas puderam restabelecer a autoridade anterior da sociedade comunal.

A consolidação do poder político do senhorio acabou reforçada pelas populações urbanas sequiosas de ordem e paz e pelos camponeses que, pela primeira vez, recebiam algum tipo de ajuda do Poder Público. Era preciso manter a segurança das ruas, proteger o patrimônio e promover conquistas voltadas ao desenvolvimento do comércio e ao suprimento de víveres. Necessidades essas que levaram o detentor do poder a ratificar sua autoridade com a edição de leis e reivindicar o reconhecimento imperial para deixar de depender da vontade popular.

O registro oficial da criação do Principado veio com o selo conferido pelo Imperador em fins do século XIV. O ditador da província conseguia, assim, a plenitude *potestatis*. A outorga do selo representou o ato público do nascimento do Estado Regional, isto é, de uma esfera de poder distinta da imperial e da municipal. Por essa certidão, o Império reconhecia as conquistas internas do *condottiere* e o guindava na prática à condição de príncipe, de ‘senhor territorial’.¹³

1.2.2 *Il Stato di Firenze (Repubbliche e Principati fiorentine)*, ao tempo de Maquiavel.

Com a assinatura do Tratado de Lodi, em 1454, a península passa a conhecer um período de estabilidade e paz. Por esse documento foi encerrada a guerra entre Milão e Veneza e formada a chamada “Santíssima Liga”, da qual tomaram parte os Estados Regionais de Florença, Milão, Nápoles, Veneza e o do Papado.¹⁴

A coligação desses que eram os cinco principais centros de poder político¹⁵ naquela fragmentada Itália iria proporcionar cerca de quatro décadas de relativa

correlação de forças.¹⁶ E o fim temporário da instabilidade política fortaleceu ainda mais a contínua prosperidade econômica e o pujante período da *Rinàscita*.

Quando Maquiavel nasceu, a 3 de maio de 1469, Florença mantinha a forma de governo que ele posteriormente denominaria de ‘Principado’. Naquele mesmo ano morria Piero de Medici e o poder passava às mãos de seu filho Lorenzo, *Il Magnifico*.¹⁷ Este iria impulsionar o movimento renascentista a tal ponto que a cidade logo tornou-se conhecida como o maior centro artístico e cultural da época.

Lorenzo governou até sua morte, em 1492. Nesse período combateu a política papal de expansão dos territórios pontifícios¹⁸ e desempenhou papel decisivo na relativa estabilidade experimentada pela península em seus mais de vinte anos à frente do Principado.

Sucedo-o Piero, um filho nada brilhante. Este promove uma política diplomática incrivelmente inábil – afastando-se, por exemplo, de aliados como os franceses – e acaba deposto por uma insurreição popular ocorrida em novembro de 1494.¹⁹ Ele parte então para o exílio, a República é proclamada, e a família Medici amargaria a partir daí dezoito longos anos à margem do poder em Florença.

Com a mudança da forma de governo, ascende oficiosamente ao poder o frei dominicano, Girolamo Savonarola (1452-1498). Preocupado com a regeneração espiritual e moral da política florentina, o cognominado ‘profeta desarmado’ acabou por influenciar de modo decisivo a preterição da oligarquia pela democracia quando da elaboração da nova Constituição da República.

Venerado pelo povo, Savonarola promoveu uma fanática campanha religiosa²⁰ que, em regra, culminava com pesados ataques à corrupção da cúpula eclesiástica e principalmente à imoralidade e nepotismo do então Papa Alexandre VI. Este o puniu, excomungou e, como último recurso, fez saber que lançaria um interdito sobre Florença.

Toda essa sorte de pressão acabou por surtir efeito. As demais autoridades da República foram levadas a prender e iniciar um juízo contra Savonarola que, “após haver sido torturado e acusado de impostura, foi enforcado e queimado, juntamente com dois de seus companheiros mais fiéis, a 23 de maio de 1498, na *Piazza della Signoria*, tendo sido suas cinzas lançadas às águas do Rio Arno” (Escorel, 1979: 23).

Passados cinco dias desde a execução de Savonarola, Maquiavel contava 29 anos e assumia pela primeira vez um cargo público. Ele foi nomeado para a segunda secretaria da chancelaria de Florença, um dos postos até então ocupados por seguidores do ativista religioso.²¹

A estrutura governamental da República, à época, era complexa e pesada. O órgão mais importante era a *Signoria*, composta pelo *gonfaloniere*²² e oito priores

²³ indicados de modo proporcional pelas quatro seções urbanas de Florença. Na estrutura da *Signoria* havia dois órgãos colegiados subordinados. O primeiro, conhecido por *boni homines*, compunha-se de doze membros. O outro era integrado por dezesseis *gonfalonieri* de companhia. E era relativamente comum que o gonfalonierato constituísse ‘comissões especiais’ para cuidar de assuntos sensíveis. A ‘Comissão dos Seis’, por exemplo, disciplinava as questões do comércio; a ‘dos Oito’ respondia pela polícia; e a “dos Dez” tratava da guerra.

Paralelamente, funcionavam os ‘Conselhos da Comuna’ e ‘do Povo’. Estes tinham como missão apreciar os projetos de iniciativa da *Signoria*. O *parlamentum* só funcionava em ocasiões excepcionais, como seriam a reforma das instituições estatais e as deliberações emergenciais sobre assuntos do Estado.²⁴

O acaso da democracia republicana foi precipitado em 1512 pela recusa em aderir à Liga formada pelo Papa Júlio II para guerrear com a França. O Pontífice decidiu encarregar as tropas espanholas de invadir a Toscana para tomar Florença e restabelecer a dinastia dos Medici. Com a derrota imposta pelo comandante espanhol Raimundo de Codorna, Vice-Rei de Nápoles, e pelo Cardeal Juliano de Medici,²⁵ enviado especial do Vaticano, Soderine exila-se em Siena e para o seu lugar é nomeado o até então Primeiro Secretário da Chancelaria, Gianbattista Ridolfi. Este exerceu naquele ano um mandato tampão de dois meses para cuidar da transição do governo para os Medici.

Reconduzida ao poder, a tradicional família optou por adotar uma forma de governo republicana de ‘tipo fechado’. Modelo esse mantido até 1527, ano em que foi instaurada uma República bastante radical. Três anos mais tarde, enquanto Carlos V saqueava Roma, os Medici encontravam meios de retomar o controle do *Palazzo della Signoria*.

Esse apanhado mostra que Florença manteve sua liberdade no correr dos 58 anos de vida de Maquiavel.²⁶ É verdade que o poder mudou algumas vezes de mãos. Mas os florentinos em momento algum foram conquistados por forças estrangeiras e nem subjugados por outros italianos.

1.2.3 A gênese do Estado Contemporâneo descrita nas páginas de *O Príncipe*.

O Estado, para Maquiavel e seus contemporâneos, confundia-se com a figura do detentor do poder.²⁷ E este tinha direito de vida e morte sobre todos os súditos.

A concepção do poder político estava até então ancorada em fundamentações de ordem divina. Maquiavel trilhou outro caminho. Estudou situações reais, presentes e passadas para elaborar um conceito próprio de poder que decorreria

das ações humanas, e não dos deuses.

Ou seja, ao tratar das relações de poder, ele preferia partir de um fato concreto para chegar a um princípio geral. Generalização essa que, não raro, ficava implícita em “termos indefinidos, tais como, *imperio, forza, potente e autorità*” (Dahl, 1980: 24).

O próprio poder, visto pelas perspectivas da conquista e preservação, resultaria das peculiares apreensões que o autor tinha dos termos *fortuna*²⁸, *occasione*²⁹ e *virtú*³⁰. Aliás, sua preocupação maior era justamente a de “discutir os modos pelos quais (os Estados) podem ser governados e mantidos”. Tanto que *O Príncipe* está pontilhado de recomendações voltadas para esses propósitos. Alguns exemplos:

- é melhor deixar os homens pobres e em permanente pé de guerra, pois isto será um antídoto aos dois grandes inimigos da obediência – a ambição e o tédio – e assim os governados sentirão a constante necessidade de grandes homens para liderá-los;

- os príncipes devem tomar a seu cargo a distribuição de benefícios, atribuindo a outros a imposição de castigos; pois assim outros serão os censurados e o príncipe até tornar-se-á popular se cortar as cabeças deles, já que os homens preferem a vingança à segurança e à liberdade;

- faça o que tem de fazer, em qualquer caso, mas tente mostrar que o fez como um favor especial para o povo;

- pode ser até violento e empregar seu poder para amedrontar, mas não deve desobedecer às tuas próprias leis, pois isto destrói a confiança e desintegra a estrutura social;

- se tiver de cometer um crime, não o anuncie de antemão porque isto poderia levar seus inimigos a destruí-lo antes que os destrua (Maquiavel, 1976: XVIII, XIX, XXI *et passim*).

O príncipe ou o chefe da República, segundo ele, concentra em suas mãos o poder absoluto. É, por isso, o intérprete das aspirações e do destino da coletividade. E dele se espera que seja capaz de empregar os meios necessários para consolidar e preservar o poder e, conseqüentemente, o Estado.³¹

Essa ligação íntima com a figura do príncipe ou do chefe da República fazia com que o Estado acabasse por exibir os mesmos defeitos e virtudes do detentor do poder. Assim, quando Maquiavel exorta o soberano a ser forte, duro, impiedoso, não está sendo cruel, imoral ou amoral. O que ele faz é simplesmente sustentar uma linha de ação destinada a proteger o Estado tal como ele era então entendido.

Isso fica ainda mais evidente quando se constata que naquele tempo o Estado e o detentor do poder político representavam a própria segurança do indivíduo. A defesa do Estado sobre todas as coisas, inclusive sobre os direitos individuais dos

seus cidadãos, corresponderia assim à própria defesa dos seus súditos.

Um trecho dedicado à *crudelitate et pietate* parece reforçar essa interpretação. Atente-se:

Debbe, per tanto, uno principe non si curare della infamia di crudele, per tenere e' sudditi sua uniti et in fede; perché, con pochissimi esempi sarà più pietoso che quelli e' quali, per troppa pietà, lasciono seguire e' disordini, di che ne nasca occisioni o rapine: perché queste sogliono offendere una universalità intera, e quelle esecuzioni che vengono dal principe offendono uno particolare (Machiavelli, 2001a: Internet).

Já a palavra *stato* não chegou a ser utilizada por Maquiavel na acepção jurídica e política moderna (*isto é.*, de uma coletividade politicamente organizada na sua essência subjetiva e soberana).³² *Stato*, em *O Príncipe*, algumas vezes designa a forma de governo ou a organização dos Poderes Públicos. Em outras, tem o significado de 'autoridade' ou 'poder', 'organização jurídica sob um poder soberano' ou 'povo que vive num determinado território' (Escorel, 1984: 29).

Mesmo o conceito filosófico e político do nosso 'Estado contemporâneo' só aparece na obra de Maquiavel de modo implícito. E é sempre indicado com expressões como *vivere civile*, *vivere comune*, *vivere politico* e *vivere libero*.³³

Ainda assim, ele é tido por muitos como pai da Ciência Política. Talvez porque tenha intuído que um Estado centralizado e forte estava para surgir daquele conjunto de unidades políticas fragilizadas e, particularmente, dos Estados regionais que vinham ganhando corpo por toda a península.³⁴ Ou então porque tenha sido o primeiro a compreender e explicitar os espaços próprios da ética e da política. Para o que muito contribuiu a experiência acumulada naqueles catorze anos de abnegada e fiel dedicação aos negócios públicos de Firenze.

Vivência essa que lhe permitiu "*andare drieto alla verità effettuale della cosa*". Sem as idealizações próprias de quem imagina "*repubbliche e principati che non si sono mai visti né conosciuti essere in vero*" (Machiavelli, 2001a: Internet).³⁵

Capítulo II – A aversão publicista de Maquiavel à moralidade cristã

2.1 A moralidade pré-cristã daquele que ressuscitou a separação da ética da política.

2.1.1 Cristão na vida privada, pagão na pública.

O Príncipe é um texto pagão, contrário à Igreja e também a todos os princípios cristãos.

Ironicamente, no entanto, o seu autor era católico. Ao seu modo, mas era. Um cristão para ‘assuntos cíveis’, isto é, para a vida privada. Pois, no campo público, o seu pessimismo quanto à condição humana o levou a propor ações políticas moralmente anticristãs para lidar com a ‘torpeza’ e ‘vícios’ do homem.³⁶

Entre maquiavelistas³⁷ ilustres, há quem atribua essa prática religiosa conflitante à separação que ele estabeleceu entre a ética e a política. Benedetto Croce é um deles. Maquiavel, a seu ver, foi um moralista que contorcia as mãos de angústia³⁸ “ao ver um mundo no qual só é possível atingir finalidades políticas por meios moralmente nocivos” (Berlin, 1978: 6).

Pode até ser. O que realmente parece certo é que essa sua moralidade cristã, parcial e privatista, não significava ausência de ética nas coisas públicas. Muitos preferem olvidar as muitas possibilidades éticas e cair em simplificações com a de lhe imputar um existir amoral ou até imoral. Mas não há nada de errado em abraçar uma ética distinta da cristã, como o fez Maquiavel ao seguir a da *polis* dos gregos da Antigüidade.³⁹

Pré-cristã, essa moralidade social maquiaveliana decorria da ética própria do homem que compreende a essência e a finalidade da vida em sociedade. Ética essa que, no dizer de Isaiah Berlin, sempre foi tão respeitável quanto o seriam a cristã, a estoíca, a kantiana ou qualquer outra de ‘tipo utilitário’. Para o antigo professor de Teoria Política e Social das Universidades de Havard e Oxford:

Já que os homens são seres feitos pela natureza para viver em comunidades, suas metas comuns são os valores últimos dos quais todo o resto deriva ou com os quais seus propósitos individuais têm de se identificar. A política é a arte de viver numa *polis*, não é uma atividade que possa ser dispensada por aqueles que preferem a vida privada: não é algo como o iatismo ou a escultura que não precisam ser empreendidos por quem não está interessado. A conduta política é a parte intrínseca da possibilidade de ser um ser humano em um determinado estágio da civilização e o que exige é intrínseco ao poder viver uma vida humana bem sucedida (Berlin, 1978: 9).

Impregnado dessa ética helenística, Maquiavel soa coerente ao sustentar a tese de que a política estaria além ou à margem das especulações em torno do bem e do mal.⁴⁰ Ou seja, que a política é um terreno propício a César e não ao reino de Deus.⁴¹

Seja como for, o que parece incontroverso é que a fé da teologia cristã foi preterida pela razão da filosofia clássica no ideário político de Maquiavel. E o foi em nome de uma unidade estatal centralizada e forte. Seus ‘conselhos’ aos detentores do poder de então causam mal-estar. Mas esse desconforto precisa ser relativizado por uma série de fatores. Dentre os quais, a época vivida, o fato de ser italiano e falar a nacionais de sua geração, o patriotismo unificador diante da

dispersão do poder político interno e das invasões estrangeiras e, em especial, de sua percepção da ainda incipiente presença dos princípios necessários à formação do Estado Moderno.

Nem se pode afirmar que ele era contrário ou refratário à validade da moral cristã. O crime, por exemplo, continuava a ser crime independentemente de sua possíveis ‘razões de Estado’. Só que essa ordem de valoração não se lhe afigurava como pertinente ao *vivere comune* ou *politico*. O homem maquiaveliano seria o das tradições culturais helenísticas, imerso na conduta política que “é a parte intrínseca da possibilidade de ser um ser humano em um determinado estágio da civilização e o que exige é intrínseco ao poder viver uma vida humana bem sucedida” (Berlin, 1978: 9).

O homem cristão e o maquiaveliano são um mesmo indivíduo, com existências diversas. Aquele voltado para a vida privada, às vezes completamente alheio ou desinteressado das coisas comuns. O outro seria o ‘animal político’ aristotélico que, curiosamente, foi combatido pela idéia que Maquiavel tinha da origem da sociedade. Um homem cômico dos deveres e das finalidades sociais.

Essa ‘dualidade individual’ é a que melhor retrata a moralidade do autor de *O Príncipe*: cristão na vida privada, pagão na política.

2.1.2 Todo Estado precisa ter religião. Qualquer uma, desde que não seja a do tipo professado pelo Vaticano.⁴²

O Estado desejado por Maquiavel era em tudo diferente daquele saído da Idade Média. Não lhe agradava em nada o corporativismo, o feudalismo, as milícias mercenárias e muito menos a sede de poder temporal da cúpula vaticana.⁴³

O seu Estado era autárquico – no sentido grego de bastar a si mesmo –, pagão e sem vínculos de dependência para com as autoridades eclesiásticas. Uma unidade política centralizada e forte o bastante para ser soberana, isto é, independente externamente e com um poder político interno incontrastável.⁴⁴

E para quê? Para que a autoridade estatal fosse capaz de assegurar aos seus habitantes a paz social, com a garantia de segurança individual a todos. Seja da violência decorrente do ‘estado de natureza’ ou da agressão vinda de inimigos externos.

Esse Estado maquiaveliano não podia, assim, estar subordinado ao direito natural, à Igreja, nem a Deus.⁴⁵ O que não significa que deveria deixar de ter uma religião. Ele precisaria sim – e sempre – de uma, mesmo que falsa. A única condição prévia estaria em ter como plataforma a promoção da solidariedade social e de virtudes másculas. Até porque, segundo reconhecia, a religião sempre teve um papel decisivo para acentuar a devoção das pessoas à causa pública e reforçar

o patriotismo. Virtudes cívicas essas de suma importância para a defesa e sobrevivência do Estado.⁴⁶

O seu exemplo mais caro de religião cívico-educativa seria a adotada no passado pelos romanos. Maquiavel atribui àquele que foi escolhido pelo Senado para ser o sucessor de Rômulo, Numa Pompílio⁴⁷, o mérito de impor aos romanos uma religião que durante séculos assegurou um extremo temor a Deus. E que teria sido fundamental para o sucesso de Roma, ao incentivar a prática do bem e desestimular a do mal, inspirar a determinação no campo de batalha e, pelo juramento, manter o homem fiel à pátria e às instituições públicas.

Já o catolicismo teria de ser descartado peremptoriamente porque os seus princípios seriam incompatíveis com as exigências postas pela realidade da vida pública.⁴⁸ Onde os governantes são responsáveis pelo destino e vida dos governados e nem sempre podem ou têm a prerrogativa de agir com escrúpulos. E muito menos pautados por preceitos de uma religião contemplativa e de sentido sobrenatural, que gera fatores de decadência como o conformismo, a fraqueza e inação.⁴⁹

A religião estatal por excelência seria, então, a que cultivasse valores patrióticos. Como era a da Roma Republicana. As demais, e em especial a cristã, não se prestariam aos fins do Estado pagão defendido por Maquiavel.⁵⁰

Conclusão

Maquiavel era um homem da *Rinascità*. Viveu intensamente os problemas de seu tempo e produziu uma obra dirigida a seus contemporâneos. Em especial, aos florentinos e italianos.

Parece razoável afirmar que sua formação intelectual e moral teria sido influenciada pelo pai – um judeu republicano –, por autores clássicos e, em maior grau, pelos fatos e lendas em torno das glórias vividas no passado pelos romanos. A esse conjunto de influências soma-se o período governamental de Lourenço de Medici, ‘O Magnífico’.⁵¹ Este marcou sua administração por um paganismo exacerbado e pelo culto ao hedonismo individualista greco-romano.

Aliás, essa talvez tenha sido a principal marca do Renascimento. Ou seja, a exaltação dionisíaca contraposta ao ascetismo cristão medieval (Escorel, 1979: 17).

Maquiavel via a Igreja como a fonte dos males então suportados pelos italianos. Dissolução dos costumes, fraqueza moral, subjugação a estrangeiros e outros infortúnios decorreriam das ambições políticas do Papado. O Vaticano, dizia ele, não permitia a centralização do poder secular pelos italianos e nem reunia forças

suficientes para somar os poderes espiritual e temporal em toda a Península.⁵²

Outros traços marcantes de sua ideologia estariam no determinismo histórico, pessimismo quanto à condição humana e predileção por religiões civico-educativas. O determinismo consistiria em eterno retorno histórico com a repetição incessante de acontecimentos. A descrença no homem decorreria de ‘torpezas’ e ‘vícios’ inatos. E a religião, tida por ele como uma necessidade básica a todo poder político, deveria estar voltada para a promoção de virtudes cívicas e másculas.

Dele pode-se discordar do ceticismo, frieza, ironia e mesmo da falta dos “sentidos científico e histórico” (Berlin, 1987: 7). Mas não há como negar que seus escritos são desafiadores e instigantes. O que o torna insuscetível de ser julgado de modo claro, coerente ou preciso.

As contribuições que deixou para as ciências sociais foram inúmeras. Um dos exemplos está na recuperação da ética helenística, que tanto contrariou as instituições eclesiásticas. Ética essa retratada pela moralidade social dos seus conceitos-símbolos da *fortuna*, *ocassione* e *virtù*.

Ao contrapor sua moralidade à cristã, ele sustentava que a perversidade do homem só poderia ser redimida com bons serviços à pátria e ao Estado. Uma postura, como se nota, radicalmente pagã e secular. E que calou fundo nesses últimos 500 anos ao aclarar a diversidade dos campos da fé e da razão, da ética e da política.

Notas

¹ O uso dos termos ‘maquiaveliano’ e ‘maquiavelista’ busca fugir às conotações indesejáveis que o adjetivo ‘maquiavélico’ tem na linguagem cotidiana (Moreira, 1978: 10).

² A polêmica em torno da origem da sociedade pode ser vista, para fins didáticos, como um debate entre os adeptos da sociedade natural e os chamados contratualistas. Os primeiros entendem, em linhas gerais, que a sociedade é resultado do impulso associativo e do sentimento do bem e do mal próprios dos seres humanos. Os contratualistas sustentam, fundamentalmente, que a sociedade é fruto de um acordo de vontades. Nos dias de hoje, a corrente da sociedade natural é majoritária. A sociedade seria, assim, uma conjugação da necessidade natural do homem com a vontade consciente de viver em comum.

³ O uso por Maquiavel do termo *virtù* desaconselha a tradução para o português. Isto porque o correspondente em nossa língua seria a palavra ‘virtude’, que está longe de expressar a riqueza de sentidos alcançada pelo *virtù* dos italianos do Alto Renascimento. Aquela época podia significar desde a faculdade de entender e transformar situações reais até o conjunto de qualidades e predicados de uma pessoa. Essa cautela parece ter sido adotada por outros. Um exemplo seria a conhecida tradução feita por Antonio D’Elia para o português desenvolvido no Brasil. Ele admitiu na ‘introdução’ que procurou “fugir às insídias do vocábulo *virtù*, com seus significados cinquecenteschi e florentinos que a bem dizer lhe dão as virtudes de curinga” (Maquiavel, 1978: 30).

⁴ O ‘contrato’ seria a mútua transferência de direitos e resultaria de duas ‘leis fundamentais da natureza’: 1ª) o homem deve buscar a paz, mas ele deve tirar todo o proveito da guerra quando aquele não pode ser alcançada; 2ª) se houver concordância dos demais, deve-se aquiescer com a paz e a defesa de si

próprio e conformar-se com os direitos e liberdades assegurados a todos (Hobbes, 2001: I, XIV).

⁵ Nas palavras do autor, o Estado é “uma pessoa de cujos atos se constitui em autora uma grande multidão, mediante pactos recíprocos de seus membros, com o fim de que essa pessoa possa empregar a força e os meios de todos, como julgar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comuns” (Hobbes, 2001: II, XVIII).

⁶ “Qualunque volta alle universalità delli uomini non si toglie né roba né onore, vivono contenti, e solo si ha a combattere con la ambizione di pochi, la quale in molti modi, e con facilità si raffrena” (Machiavelli, 2001a: XIX). Isto porque, “gli uomini, quando sono governati bene, non cercano né vogliono altra libertà” (Machiavelli, 2001c: III, V).

⁷ “Os estudos sobre a origem de Roma noticiam que o seu território já era habitado por volta de 1.500 a. C. (Era do Bronze). Os vestígios arqueológicos, por ora, datam do século VIII a. C. Muitos povos invasores teriam transitaram pela Itália “antes mesmo da formação do reino de Roma, ocupando diferentes partes da península itálica em épocas distintas e convivendo ali durante muitos anos. Entre os séculos XII a. C. e VI a. C., o local sofreu duas grandes invasões, perpetradas pelos etruscos, que imigraram para a Itália onde construíram pequenas cidades” (Império, 2001c: Internet).

⁸ Pela lenda cantada por Homero, Roma teria sido fundada por descendentes de Enéias, filho de Vênus e herói troiano que deixou sua cidade assim que ela foi tomada pelos guerreiros de Ulisses. Rômulo e Remo, filhos gêmeos de Enéias, tiveram que ser abandonados pouco depois do nascimento e foram criados por lobos. Anos mais tarde, eles fundaram uma cidadezinha na região montanhosa de Roma. Depois de governá-la em comum, dissentiram e Rômulo assassinou Remo. Como único governante, ele teria batizado a cidade com o nome de Roma. Já o Império Romano foi oficialmente fundado no dia 21 de abril de 753 a. C. A Itália ainda hoje comemora essa data como feriado nacional.

⁹ O conceito de *virtù* em Maquiavel tornou-se um símbolo. A palavra só é referida em sua obra na “forma italiana, em contraste com o plural latino ‘virtudes’ da tradição cristã” (Moreira, 1978: 10).

¹⁰ As comunas da Idade Média vinham a ser as cidades que contavam com prerrogativas próprias do autogoverno. Surgiram entre os séculos XI e XVI como resultado da ascensão da burguesia constituída basicamente de artesãos e comerciantes. Essa classe social emergente associava-se em cada localidade para governar a si própria e resistir aos abusos do poder feudal.

¹¹ Instabilidade comunal essa gerada em grande parte pelo aumento populacional decorrente do fim das invasões bárbaras e da queda do feudalismo na Baixa Idade Média.

¹² Esses homens, que mais tarde se tornariam ‘senhores’, eram nominados *condottieri*. E comumente extraíam prestígio de suas habilidades pessoais, do apoio de camponeses ou cidadãos, de benefícios feudais, da força das armas, do patrimônio econômico amealhado e mesmo de alguns ou de todos esses fatores conjugados.

¹³ “Como tal, surgiram mais ou menos rapidamente, em especial no vale do Pó, numerosos grandes domínios nos quais era possível distinguir os começos do Estado regional. O estabelecimento de uma burocracia, algumas vezes verdadeiramente notável por sua estrutura; as reformas - econômica, jurídica e fiscal - às quais todos os Senhores devotaram sua atenção com diferentes graus de habilidade e em extensão variável, observando princípios de natureza algo geral, cuja aplicação era calculada para provocar mudanças verdadeiramente fundamentais por todos seus domínios; a tendência sempre crescente dos poderes e prerrogativas reverterem à administração central - todas estas coisas constituíram, na realidade, o começo de uma organização política unitária, a qual foi especialmente fortalecida pela difusão de leis de uma cidade para outra e pela promulgação, em número cada vez maior, de decretos cujos termos eram universalmente cumpridos. Assim, lentamente cresceu um corpo de leis comuns além e acima das várias leis municipais, as quais ainda estavam em vigor em diversas localidades. Além do mais, durante esse processo de unificação, a supremacia da cidade onde o Senhor tinha o seu quartel-general começaria a tornar-se patente. Esta cidade, que via alguns de seus estatutos sendo aplicados às partes menos importantes do domínio, ia gradualmente tornando-se a capital, o centro político e econômico em torno do qual era desejável agrupar o conjunto de acordo com uma política de absorção e centralização; para uma tal política, era essencial que o Senhor transformasse

seu domínio numa unidade compacta, controlada por uma única vontade e capaz de resistir a qualquer golpe de fora” (Chabod, 1979: 96-97).

¹⁴ À época, Florença e Veneza eram Repúblicas. Milão, Ducado. Nápoles, Reino. E o Pontifício, além do declarado poder espiritual sobre todos os homens, era um Estado eclesiástico com poder secular absoluto em seu território.

¹⁵ Estados, sim. No entanto - e com a única exceção da estruturada e sólida República de Veneza -, os demais estavam bem longe de alcançar a organicidade já então observada em Estados Nacionais como os das monarquias espanhola, francesa e inglesa.

¹⁶ Aqueles eram os ‘cinco grandes’. Mas havia obviamente um grande número de governos e também de domínios ou territórios vassalos. Dentre os independentes, destacavam-se os Ducados (isto é, Principados) de Ferrara e Savóia e as Repúblicas de Genova, Luca e Siena.

¹⁷ Essa família começou a ganhar notoriedade em Florença no final do século XIV e passou a dominar o política local no início do século seguinte. Os primeiros que chegaram à chefia do Governo foram Giovanni, conhecido por Bicci di Medici, e seu filho Cosimo, Il Vecchio.

¹⁸ Por volta de 1478, o Papa Sixto IV (o mesmo que batizou a Capela de ‘Sistina’) estava convencido de que a única maneira de levar adiante o expansionismo temporal da Igreja seria com a derrubada do governo de Florença. “Aliando-se com os Pazzi [palavra que em italiano tem o sugestivo nome de doidos, loucos, maníacos, temerários], família rival dos Medici em Florença, os conspiradores, entre os quais se achava o arcebispo de Pisa, Franciso Salviatti, decidiram assassinar Lourenço e seu irmão Juliano, não tendo, porém, segundo escreve Pastor na sua História dos Papas, posto Sixto IV à par desse propósito homicida. Contratado o sicário Montesecco, foi resolvido que os Medici seriam atacados quando assistissem à missa na Catedral, no momento exato da elevação da hóstia consagrada. De acordo com o plano, quatro conjurados deveriam atacar os dois irmãos no Duomo, enquanto outros procurariam se apoderar do Palazzo della Signoria e sublevar o povo nas ruas. No dia e hora marcados, Juliano tomba sob os punhais assassinos, mas o braço criminoso não consegue senão ferir ligeiramente Lourenço que, defendido por seus servidores, se refugia na sacristia, fechando atrás de si a porta de bronze. A notícia do atentado provoca grande indignação popular, os conjurados são presos, enforcados e esquartejados pela multidão” (Escorel, 1979: 20).

¹⁹ Um pouco antes, mais precisamente em agosto daquele mesmo ano, o Rei francês Charles VIII (1470-1498) havia invadido a Itália e posto os florentinos em polvorosa. “Pedro de Medici, fora de si, corre ao encontro do rei, ajoelha-se ignominiosamente a seus pés e oferece-lhe não somente as fortalezas de Pisa e Livorno que Carlos VIII, desejava, mas ainda, por acréscimo, Sarzana, Sarzanello, Libbrafratta e Mutrone, além de duzentos mil florins, que não lhe tinham sido solicitados. Quando a notícia de semelhante torpeza chega a Florença, a cidade se subleva indignada contra os Medici, lançando por terra o seu regime e obrigando-os a tomar o caminho do exílio” (Escorel, 1979: 21-2).

²⁰ “*Il Savonarola porto nella vita religiosa una rigidezza, una scrupolosità ed esagerazione ignota al medio evo. Nel suo zelo raramente egli sapeva tenere il giusto mezzo*” (Pastor, 1932: 1976). Maquiavel também tinha suas ressalvas em relação ao frade que “era odiado pelos Franciscanos e por grande parte do clero” (Maquiavel, 1979: 16 – “Guia de Estudo”). Em *O Príncipe* há mais de uma referência pouco elogiosa, como a feita à mensagem contida em famoso sermão proferido por Savonarola em 19 de novembro de 1494. Em certa passagem, o dominicano dizia: “Os teus crimes, pois, ó Itália, ó Roma, ó Florença, a tua impiedade, as tuas fornicções, a tua usura, as tuas crueldades, os teus crimes fazem com que nos venham estas atribulações” (Maquiavel, 1978: 88 e 159, n. 79).

²¹ A primeira secretaria tinha como atribuições os assuntos externos e, em especial, toda a correspondência diplomática. A segunda, titulada por Maquiavel, tinha as competências formais de tratar dos assuntos internos e da guerra. As tarefas das duas freqüentemente se confundiam e, na prática, havia uma clara subordinação da segunda à primeira. A atuação de Maquiavel nos catorze anos que permaneceu à frente da segunda Secretaria, no entanto, dignificou em muito o cargo e emprestou-lhe considerável importância e prestígio. Tanto que foi lembrado para secretariar a ‘Comissão dos Dez’ e tornou-se célebre na história como “O Secretário florentino”.

²² *Gonfaloniere* era a denominação do cargo ocupado pelo magistrado municipal em certas repúblicas italianas do final da Idade Média. Depois da morte de Savonarola – que não chegou a ter um papel oficial nos negócios públicos –, o posto de gonfaloneiro passou a ser vitalício e foi ocupado por Piero Soderine nos oito anos restantes da ‘Primeira República de Florença’. Soderine era, de fato, o Chefe de Estado e do Governo.

²³ Os priores representavam as corporações as zonas territoriais e tinham mandato de 2 meses. A eleição dava-se por sorteio. Os nomes dos escolhidos eram retirados de um saco que continha papéis com os registros dos candidatos.

²⁴ Não há dúvida quanto ao caráter marcadamente democrático daquele governo florentino. Mas a organização da máquina estatal herdada dos Medici resultava num claro controle por grupos oligárquicos. E mais. Por essa época, a população rural e urbana da República chegava a cem mil habitantes. Mas, desses, apenas três mil cidadãos tinham direitos políticos e participavam ativamente dos negócios públicos (Gilmore, 1953: 10).

²⁵ No ano seguinte, 1513, Juliano de Medici seria eleito Papa com o nome de Leão X.

²⁶ Ele nasceu a 3 de maio de 1469 e morreu de complicações digestivas no dia 27 de junho de 1527. Viveu “num clima de guerra e de intrigas diplomáticas, conhecendo de perto os horrores e as perfídias das campanhas e das manobras de seus bastidores” (Maquiavel, 1978: 11).

²⁷ “Villari acentua que há, no pensamento de Maquiavel, um esforço gigantesco para determinar o conceito da unidade do Estado, acrescentando: ‘ele certamente não o consegue determinar cientificamente; não chega a proclamar que todos os súditos devem ser cidadãos e iguais perante a lei, participando todos, direta ou indiretamente, do governo do Estado. Mas para isto será preciso aguardar o século XVIII e a Revolução Francesa. Maquiavel põe de lado e repele o feudalismo, as milícias mercenárias, o poder político das corporações maiores e menores, o domínio temporal dos Papas e a sua ingerência no Estado, para o qual ele procura a unidade, independência e a força” (Escorel, 1979: 81).

²⁸ “*In one of the most famous passages from ‘The Prince’, Machiavelli describes the proper orientation towards the volatility of the world, or Fortune, by comparing Fortune to a lady: ‘la fortuna é donna’, or ‘Fortune is a Lady’. Machiavelli is referring to the courtly love tradition, where the lady that constitutes the object of desire is approached and entreated and begged. The ideal Prince, however, for Machiavelli does not entreat or beg Lady Fortune, but rather physically grabs her and takes whatever he wants*” (Hooker, 2001a: Internet). O trecho aludido está assim: “*Concludo, adunque, che, variando la fortuna, e stando li uomini ne’ loro modi ostinati, sono felici mentre concordano insieme, e, come discordano, infelici. Io iudico bene questo, che sia meglio essere impetuoso che rispettivo; perché la fortuna è donna, et è necessario, volendola tenere sotto, batterla et urtarla. E si vede che la si lascia più vincere da questi, che da quelli che freddamente procedano. E però sempre, come donna, è amica de’ giovani, perché sono meno rispettivi, più feroci e con più audacia la comandano*” (Machiavelli, 2001a: XXV).

²⁹ Ao discorrer sobre o jogo político, Maquiavel deixa claro que a occasione funciona como o elo da fortuna com a virtù. É o que ocorre quando rememora o modo como alguns nomes emblemáticos teriam chegado ao poder. Confira: “*(...) esaminando le azioni e vita loro, non si vede che quelli avessino altro dalla fortuna che la occasione; la quale dette loro materia a potere introdurvi drento quella forma parse loro; e sanza quella occasione la virtù dello animo loro si sarebbe spenta, e sanza quella virtù la occasione sarebbe venuta invano. Era dunque necessario a Moisè trovare el popolo d’Isdrael, in Egitto, stiavo et oppresso dalli Egizii, acciò che quelli, per uscire di servitù, si disponessino a seguirlo. Conveniva che Romulo non capissi in Alba, fussi stato esposto al nascere, a volere che diventassi re di Roma e fondatore di quella patria. Bisognava che Ciro trovassi e’ Persi malcontenti dello imperio de’ Medi, e li Medi molli et effeminati per la lunga pace. Non posseva Teseo dimonstrare la sua virtù, se non trovava li Ateniesi dispersi. Queste occasioni, per tanto, feciono questi uomini felici, e la eccellente virtù loro fece quella occasione esser conosciuta; donde la loro patria ne fu nobilitata e diventò felicissima*” (Machiavelli, 2001a: VI).

³⁰ No Capítulo I, subtítulo 1.1.1, inserimos a seguinte nota de rodapé: “O uso por Maquiavel do termo *virtù* desaconselha a tradução para o português. Isto porque o correspondente em nossa língua seria a palavra ‘virtude’, que está longe de expressar a riqueza de sentidos alcançada pelo *virtù* dos italianos

do Alto Renascimento. Àquela época podia significar desde a faculdade de entender e transformar situações reais até o conjunto de qualidades e predicados de uma pessoa. Essa cautela parece ter sido adotada por outros. Um exemplo seria a conhecida tradução feita por Antonio D'Elia para o português desenvolvido no Brasil. Ele admitiu na 'introdução' que procurou "fugir às insídias do vocábulo *virtù*, com seus significados cinquecenteschi e florentinos que a bem dizer lhe dão as virtudes de curinga" (Maquiavel, 1978: 30).

³¹ A pesquisa procedida quanto à compreensão atual do fenômeno mostra que há duas correntes hegemônicas na Teoria Política e Social. A primeira, weberiana, conceitua o poder como "a probabilidade que um ator tem, dentro de uma relação social, de realizar a sua vontade apesar de resistência, e a despeito da base sobre a qual fundamenta-se esta probabilidade" (Max Weber, *The Theory of Social and Economic Organization*, ed. Talcott Parsons, New York, 1964, 152). A segunda, parsoniana, o tem como "a capacidade generalizada de assegurar o cumprimento de obrigações impostas por unidades num sistema de organização coletiva, quando as obrigações são legitimadas com referência à sua influência sobre metas coletivas, e quando, no caso de recalcitrância, há o pressuposto de uma imposição através de sanções situacionais negativas – qualquer que seja o agente dessa imposição" (T. Parsons, *On the Concept of Political Power*, in T. Parsons, *Sociological Theory and Modern Society*, New York, 1967).

³² Mas teria sido ele quem introduziu a moderna utilização do termo. Essa paternidade decorreria da clássica abertura do Capítulo I de *Il Principe*: "*Tutti li stati, tutti e' dominii che hanno avuto et hanno imperio sopra li uomini, sono stati e sono o repubbliche o principati*" (Machiavelli, 2001a: I).

³³ "O *vivere civile* de Maquiavel – ou o Estado, como diríamos hoje – existe na medida em que não dependa de qualquer vontade estranha, na medida em que seja soberano" (Escorel, 1984: 29).

³⁴ Hoje há um razoável consenso quanto ao surgimento do Estado Moderno. Sua configuração teria resultado "de um processo de concentração: concentração do poder nas mãos do monarca, antes apertado entre grandezas políticas diversas que o pressionavam. Ao mesmo tempo centralização, no sentido de substituição do localismo feudal por um unitarismo nacional plantado sobre um território íntegro em torno de um centro administrativo. Isto configura a unificação que então ocorreu, em termos militares, urbanísticos, lingüísticos, monetários. A este processo de concentração correspondeu uma linha nova de legitimação: enquanto no medievo o poder se fundava sobre uma outorga divina, chancelada porém pela aceitação popular, dentro de um sistema de limites 'naturais', o poder do monarca moderno se apoiava - além do mesmo direito divino - sobre considerações teórico-rationais novas, que deviam convencer como doutrina" (Saldanha, 1979: 14).

³⁵ Adendo esse que soa como crítica a Platão e o seu *República*. Ao mesmo tempo, aproxima Maquiavel de Aristóteles. Pois este tinha a política como a arte do possível ou da realidade que, para ser efetivada, dependeria apenas de levar-se em conta as coisas como estão e não como deveriam estar (Gruppi, 1996: 11).

³⁶ "Ele era tão anticlerical quanto a maioria dos adultos letrados da Itália nos últimos seis séculos sempre foi e, a despeito dos pios ensinamentos de sua mãe, não era um católico praticante mais zeloso do que seria de esperar. Mas como ele havia sido batizado, crismado e casado, morreu nos braços da Igreja, tendo providenciado que seus filhos seguissem a mesma linha convencional" (Mattingly, 1980: 18).

³⁷ Aqui, uma vez mais, a preocupação é evitar o adjetivo 'maquiavélico'. A razão, como antecipado, está no generalizado uso de suas conotações distorcidas.

³⁸ Essa duvidosa 'angústia', da qual inexistente evidência plausível, é que o teria levado a admitir a necessidade da *Raggione di Stato*.

³⁹ "Para além da suposta imoralidade ou amoralidade dos seus princípios baseados na força, na astúcia, na traição, no assassinio (na razão de Estado, dir-se-á depois), há a necessidade de uma harmonia moral: na verdade, a força não é arma da paixão individual, mas do Estado - e o Estado se destina a assegurar o bem universal; contra a deslealdade e o crime, não é possível contrapor senão deslealdade e o crime do príncipe, ou seja: contra a violência e a fraude nascidas da paixão individual, deve ser lançado o recurso (defensivo) do poder conferido ao príncipe em virtude de um 'contrato' implícito com a comunidade que ele defende. Ademais e acima de tudo, urgia libertar a Itália dos 'bárbaros', para os quais os tratados eram letra morta e a palavra jurada valia enquanto não sobreviessem razões mais

fortes do que as que as fizeram serem pronunciadas” (Maquiavel, 1979: 13).

⁴⁰ “*Dove si dilibera al tutto della salute della patria, non vi debbe cadere alcuna considerazione né di giusto né d’ingiusto, né di piatoso né di crudele, né di laudabile né d’ignominioso; anzi, posposto ogni altro rispetto, seguire al tutto quel partito che le salvi la vita e mantenghile la libertà*” (Machiavelli, 2001c: III, XLI).

⁴¹ “(...) pois o mal, no terreno político, não é mal, mas - como qualquer outro - é meio de alcançar um fim: a segurança do príncipe e, portanto, a segurança do Estado e, em última instância, a dos súditos”. A política há de ser vista como seara alheia aos “quadros dos juízos morais; pelo menos enquanto no jogo entram os meios, não os fins. Por isso, se se louvam as conquistas de Aníbal, é falta de coerência acusá-lo de crueldade nas ações que o levaram a elas. São pouco judiciosos os historiadores que ‘por um lado admiram as suas ações e, por outro, entretanto, reprovam a principal causa delas’” (Maquiavel, 1978: 17).

⁴² “Muitos italianos desde Dante lamentavam que quanto mais perto se chegava de Roma, mais longe era o fosso entre os ensinamentos Cristãos e a prática Cristã, e acusavam o Papado de ter corrompido os costumes da Itália” (Mattingly, 1980: 20).

⁴³ As pretensões seculares do Papado seriam, a seu ver, a principal causa do esfacelamento da pátria. Na passagem de *Il Principe* que dedica à *milizia* e aos *soldadi mercennari* ele explicita: “*Avete dunque a intendere come, tosto che in questi ultimi tempi lo imperio cominciò a essere ributtato di Italia, e che il papa nel temporale vi prese più reputazione, si divise la Italia in più stati; perché molte delle città grosse presono l’arme contra a’ loro nobili, li quali, prima favoriti dallo imperatore, le tennono oppresse; e la Chiesa le favoriva per darsi reputazione nel temporale; di molte altre e loro cittadini ne diventarono principi. Onde che, essendo venuta l’Italia quasi che nelle mani della Chiesa e di qualche Repubblica, et essendo quelli preti e quelli altri cittadini usi a non conoscere arme, cominciarono a soldare forestieri*” (Machiavelli, 2001a: XII).

⁴⁴ “Em verdade, todo Estado tem soberania, desde que seja um Estado propriamente dito: mesmo porque já não existem os chamados Estados não-soberanos (vassalos e protetorados), e este conceito não tem mais lugar entre os temas da Teoria do Estado. Todo Estado tem, e teve, soberania, inclusive os velhos e exemplares Impérios da história antiga. O que aconteceu, no surgimento da vida política moderna, é que a concentração do poder nas mãos do monarca - após o enfraquecimento do feudalismo - constituiu um destaque muito relevante, fazendo com que a doutrina desse a ele um realce total. Foi o que sucedeu na França com a obra de Jean Bodin, *De Republica* (1576), na qual se acentuou de modo típico a nota de soberania dentro da própria definição de Estado” (Saldanha, 1979: 15).

⁴⁵ Em carta endereçada a um amigo, Guicciardini, Maquiavel confessou *amare la patria più che l’anima*. O que talvez soe uma heresia para aqueles que acreditam de nada adiantar ter o mundo e perder a alma.

⁴⁶ “*La osservanza del culto divino è cagione della grandezza delle republiche, così il dispregio di quello è cagione della rovina d’esse. Perché, dove manca il timore di Dio, conviene o che quel regno rovini, o che sia sostenuto dal timore d’uno principe che sopperisca a’ difetti della religione*” (Machiavelli, 2001c: I, XI).

⁴⁷ Numa Pompílio teria dado a Roma uma contribuição maior até do que a de Rômulo. “*Perché, dove è religione, facilmente si possono introdurre l’armi e dove sono l’armi e non religione, con difficoltà si può introdurre quella*” (Machiavelli, 2001c: I, XI).

⁴⁸ Maquiavel rejeitou, assim, a idéia de que as ações governamentais devam observar as relações do homem com Deus. Ele afastou aquele “enfoque agostiniano” porque “não via qual a necessidade de justificar a ação política em termos religiosos; considerava a religião um instrumento útil, de que os governos se deviam servir a fim de garantirem a obediência e lealdade do povo” (Maquiavel, 1979: 30).

⁴⁹ “A religião antiga, frisava ele, só beatificava os grandes capitães e os príncipes que, pelos seus feitos heróicos, se haviam coberto de glória mundana, ao passo que o cristianismo veio exaltar os homens voltados à humildade e à contemplação, pregando o desprezo às vaidades e ambições terrenas. Este modo de viver (...) parece ter tornado o mundo fraco, deixando-o exposto à sanha dos homens celerados

que o podem manejar à vontade, pois a maioria dos indivíduos, com a idéia de conquistar o paraíso, prefere suportar passivamente os sofrimentos que lhe são impostos, a vingar-se de seus opressores” (Escorel, 1979: 91).

⁵⁰ Ele imputava à corrupção da Igreja Católica o declínio do Império, a dissolução do costumes na Península e os obstáculos enfrentados pelos italianos para formar o Estado Nacional. “*Abbiamo, adunque, con la Chiesa e con i preti noi Italiani questo primo obbligo, di essere diventati senza religione e cattivi: ma ne abbiamo ancora uno maggiore, il quale è la seconda cagione della rovina nostra. Questo è che la Chiesa ha tenuto e tiene questa provincia divisa*” (Machiavelli, 2001c: I, XII).

⁵¹ Em 1469, ano do nascimento de Maquiavel, morria Piero de Medici e ascendia ao poder político o seu filho Lorenzo, Il Magnifico. Lourenço tinha então 20 anos. Nos seus 23 anos de governo, Firenze tornar-se-ia potência política e maior centro cultural de toda a Europa. Ele morreu em Careggi, localidade vizinha a Florença, no dia 8 de abril de 1492.

⁵²O Estado italiano, ‘reino da Itália’, só foi criado em 1861. Nove anos mais tarde, Roma foi anexada e tornou-se a capital do Reino. Quando da assinatura do Tratado de Latrão em 11 de fevereiro de 1929, Pio XI reconheceu Roma como capital da Itália e Mussolini destinou uma parte do território da cidade para sediar o Estado do Vaticano.

Bibliografia

1. Artigos doutrinários

BARRETO, Vicente. Poder e autoridade. *Documentação e atualidade política*, Brasília, n. 11, pp. 33-38, jul. 1980.

BERLIN, Isaiah. O problema de Maquiavel. In: Universidade de Brasília. *Sobre Maquiavel: Curso de introdução à ciência política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1978. pp. 45-71.

BONAVIDES, Paulo. Formas de estado e governo. In: Universidade De Brasília. *Curso de introdução à ciência política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979. pp. 46-93.

CHABOD, Federico. A lição dos acontecimentos oferecida pela história italiana [excerto do livro “Maquiavel e a Renascença”]. In: Universidade de Brasília. *Curso de introdução à ciência política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979. pp. 95-97.

CUNHA, Fernando Whitaker da. Maquiavelismo – II. In: *Enciclopédia Saraiva do Direito*. Saraiva, São Paulo, n. 51, pp. 274-281, 1977.

DAHL, Robert. Poder. *Documentação e atualidade política*, Brasília, n. 11, pp. 23-32, jul. 1980.

ESCOREL, Lauro. Introdução ao pensamento político de Maquiavel. In: Universidade de Brasília. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel: curso de introdução à ciência política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979. 126 pp.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. O pensamento político no renascimento. In: Universidade de Brasília. *Sobre Maquiavel: curso de introdução à ciência política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1978. pp. 11-19.

MACEDO, Silvio. Maquiavelismo – I. In: *Enciclopédia Saraiva do Direito*. Saraiva, São Paulo, n. 51, pp. 273-274, 1977.

MAQUIAVEL, Nicolau. Cartas de Maquiavel. *Humanidades*, Brasília, v. 2, n. 8, p. 148-153, jul./set. 1984.

MATTINGLY, Garret Maquiavel. In: Universidade de Brasília. *Sobre Maquiavel: curso de in-*

Introdução à ciência política. Brasília: Universidade de Brasília, 1978. pp. 21-32.

MOREIRA, Marcilio Marques. O pensamento político de Maquiavel. In: Universidade de Brasília. *Sobre Maquiavel: curso de introdução à ciência política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1978. pp. 33-44.

NOVÍSSIMA Enciclopédia Delta Larousse. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Delta, 1982. v. 4.

O'DAY, Rosemary. O Príncipe: Maquiavel. Trad. Sérgio Bath. In: Universidade de Brasília. *Curso de introdução à ciência política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979. 97 p. 97

SALDANHA, Nélon. O Estado. In: Universidade de Brasília. *Curso de introdução à ciência política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979. pp. 10-44.

2. Artigos disponíveis na Internet

ARCAND, Christian. *Machiavel*. Toronto: 1999. Disponível em: <<http://www.philo.uqam.ca/cours/Phi2080/Biblio-etudiants.html>>. Acesso em: 11 abr. 2001.

HISTORIOGRAPHIE du XVe au XVIIIe siècle: Machiavel (1469-1527). Bélgica: 1999. Disponível em: <<http://www.fusl.ac.be/Files/General/BCS/ENC3/02.html>>. Acesso em: 11 abr. 2001.

DELUMEAU, J. *Une histoire de la Renaissance*. Disponível em: <<http://www.elionautes.org/activite/analyses/lectures/delumeau.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2001.

HOOKER, Richard. *Niccolo Machiavelli*. New York: Renaissance Reader, 2001. Disponível em: <<http://www.wsu.edu:8080/~dee/REN/MACHIAV.HTM>>. Acesso em: 8 maio 2001.

MACHIAVEL. Paris: 2001. Disponível em: <<http://perso.infonie.fr/mper/auteurs/Machiav.html>>. Acesso em: 11 abr. 2001.

NICCOLO Machiavelli, 1469-1527. New York: The History Guide, 2001. Disponível em: <<http://www.pagesz.net/~stevek/intellect/machiavelli.html>>. Acesso em: 8 maio 2001.

PRÉFACE de l'ouvrage Le Prince, de Nicolas Machiavel. Taiwan: 2001. Disponível em: <<http://www.unine.ch/sciencespo/nicolas.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2001.

THE medieval synthesis and the discovery of man: the Renaissance. New York: The History Guide, 2001. Disponível em: <<http://www.pagesz.net/~stevek/intellect/lecture4a.html>>. Acesso em: 8 maio 2001.

3. Livros.

AQUINAS, St. Thomas. *Summa Theologica*. Trad. Fathers of the English Dominican Province. New York: Ethereal Library, 2001. Disponível em: <<http://www.ccel.org/a/aquinas/summa/FP.html>>. Acesso em: 22 jun. 2001.

ARISTOTLE. *Politics*. New York: Constitution Society, 2001. Disponível em: <www.constitution.org/ari/polit_01.htm>. Acesso em: 22 jun. 2001.

BARINCOU, Edmond. *Maquiavel por ele mesmo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

CICERO, Marcus Tullius. *De republica*. New York: Constitution Society, 2001. Disponível em: <<http://www.constitution.org/rom/cicero.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2001.

CRETELLA JR., José. *Curso de filosofia do direito*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

GILMORE, Migron P. *The world of humanism*. New York: Harper & Brothers, 1952.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: As concepções de estado em Marx, Engels, Lênin*

e Gramsci. 14. ed. Porto Alegre: LPM, 1996.

HOBBS, Thomas. *Leviathan*. New York: Constitution Society, 2001. Disponível em: <www.constitution.org/th/leviatha.htm>. Acesso em: 22 jun. 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

_____. *O Príncipe*. Trad. Roberto Grassi. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *O Príncipe*. Trad. Antonio D'Elia. São Paulo: Circulo do Livro, 1978.

_____. *O Príncipe*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1979 (com um *Guia de Estudo* preparado por Rosemary O'Day e traduzido por Maria José Mendes).

MACHIAVELLI, Niccoló. *Il Principe*. Roma: LiberLiber, 2001a. Disponível em: <<http://www.liberliber.it/biblioteca/m/machiavelli/principe/html/sommario.htm>>. Acesso em: 4 maio 2001.

MACHIAVELLI, Niccolo. *The Prince*. New York: Constitution Society, 2001b. Disponível em: <<http://www.constitution.org/mac/prince00.htm>>. Acesso em: 22. jun. 2001.

_____. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*. Roma: Biblioteca, 2001c. Disponível em: <<http://www.fausernet.novara.it/fauser/biblio/index054.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2001.

_____. *Discourses on Livy*. New York: Constitution Society, 2001d. Disponível em: <www.constitution.org/mac/disclivy_.htm>. Acesso em: 22 jun. 2001.

MARTINS, Carlos Estevam. *Maquiavel, Vida e Obra*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores). p. V-XXIV.

NETO, José Alves de Freitas. *Considerações sobre a política de Maquiavel a partir da natureza humana*. Tese defendida em março de 1991 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PASTOR, Ludovico Von. *Storia dei Papi*. Nova versão italiana. Roma: Pontifícia, 1932. v. 3. 4. Verbetes em enciclopédia eletrônica.

ETRUSCOS. In: Enciclopédia digital master on-line. São Paulo: Zip.Net, 2001. Disponível em: <<http://enciclopedia.zip.net>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

FEUDALISMO. In: Enciclopédia digital master on-line. São Paulo: Zip.Net, 2001. Disponível em: <<http://enciclopedia.zip.net>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

FILOSOFIA medieval. In: Enciclopédia digital master on-line. São Paulo: Zip.Net, 2001. Disponível em: <<http://enciclopedia.zip.net>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

IDADE média. In: Enciclopédia digital master on-line. São Paulo: Zip.Net, 2001. Disponível em: <<http://enciclopedia.zip.net>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

IMPÉRIO Bizantino. In: Enciclopédia digital master on-line. São Paulo: Zip.Net, 2001a. Disponível em: <<http://enciclopedia.zip.net>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

IMPÉRIO Otomano. In: Enciclopédia digital master on-line. São Paulo: Zip.Net, 2001b. Disponível em: <<http://enciclopedia.zip.net>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

IMPÉRIO Romano. In: Enciclopédia digital master on-line. São Paulo: Zip.Net, 2001c. Disponível em: <<http://enciclopedia.zip.net>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

MAQUIAVEL. In: Enciclopédia digital master on-line. São Paulo: Zip.Net, 2001. Disponível em: <<http://enciclopedia.zip.net>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

SACRO Império Romano. In: Enciclopédia digital master on-line. São Paulo: Zip.Net, 2001. Disponível em: <<http://enciclopedia.zip.net>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

Tópicos Jurídicos

Da Não-Alteração do Limite de Pena para Efeito de Suspensão Condicional do Processo

Flávio da Silva Andrade*

A Lei 9.099/95 criou, em seu art. 89, o instituto da suspensão condicional do processo, estabelecendo que, nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, abrangidas ou não por aquela lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que o acusado cumpra determinadas condições ali previstas e outras que o juiz vier a especificar.

Até recentemente, nunca houve qualquer discussão acerca do mencionado limite de pena mínima de 1 (um) ano para efeito de proposta de suspensão processual.

Entretanto, no julgamento do RHC 12.0033/M3, ocorrido em 13/08/02 (publicado no *DJU* de 09/09/02, p. 234), a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, através do Ministro Felix Fischer, entendeu que, em razão da edição da Lei Federal 10.259/01, que ampliou o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo, também se devia aumentar para 2 (dois) anos o limite da pena mínima para efeitos de concessão de suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/95). Tal acórdão ainda recomendou a modificação da Súmula 243, que regula essa mesma matéria no concurso de crimes.

Como era de se esperar, essa decisão do STJ causou e tem causado amplo debate, levando os causídicos a ajuizarem medidas judiciais visando à aplicação do benefício do *sursis processual* agora também nos crimes cuja pena mínima não seja superior a 2 (dois) anos.

Pois bem. Apesar do entendimento esposado por aquela egrégia Corte de

* Promotor de Justiça em Rondônia.